

Narrativas em Disputa: A Proibição da Discussão de Gênero na Educação¹

Narratives in Dispute: The Prohibition of Gender Discussion in Education

Narrativa en Disputa: La Prohibición de la Discusión de Género en la Educación

Ana Paula dos Santos²
Cynthia Mara Miranda³

Resumo

As questões de gênero tem atraído atenção de diversos segmentos da sociedade, alcançado visibilidade na mídia e nas redes sociais, além de ser alvo de disputas ideológicas e políticas na esfera pública. No Brasil, desde 2015, no campo da educação, observa-se um acirramento dessas disputas em razão da aprovação do Plano Nacional de Educação, que devido à pressão de setores conservadores do Congresso Nacional, retirou a palavra "gênero" do documento final. Essa supressão teve repercussão nos estados e municípios e representou um retrocesso na luta pelo combate à misoginia, sexismo, homofobia, transfobia e outras discriminações. Entendendo a mídia como um mecanismo complexo de representação social, utilizando a metodologia da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, a pesquisa buscou compreender como foram construídas as narrativas jornalísticas em jornais on-line do Tocantins, sobre as controvérsias e disputas envolvendo a proibição da discussão de gênero nas escolas municipais de Palmas/TO por ocasião da publicação da Medida Provisória nº 06/2016 que alterou o Plano Municipal de Educação. A reprodução discursos religiosos, equívocos no uso de termos e uso político dessa discussão ficou evidente, mesmo assim as matérias jornalísticas, em sua grande maioria não provocaram uma efetiva discussão sobre o tema, revelando apenas a reprodução dos fatos e das falas dos envolvidos.

Palavras-chave: Gênero. Mídia. Educação. Jornalismo. Narrativas.

Abstract

Gender issues has attracted attention from various segments of society, achieved visibility in the media and on social networks, as well as being the target of ideological and political disputes in the public sphere. In Brazil, since 2015, in the field of education, there has been a sharpening of these disputes

¹ O presente artigo é resultado da dissertação de mestrado “Pautando gênero: Narrativas jornalísticas sobre a proibição da discussão de gênero na educação”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins em maio de 2018.

² Mestre em Comunicação e Sociedade – PPGCOM/Universidade Federal do Tocantins (UFT) graduada em Sociologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí e Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail apdsantos80@gmail.

³ Doutora e mestre em Ciências Sociais (UnB), graduada em Comunicação Social (UFT) professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje-UFT). E-mail: cynthiamara@mail.uft.edu.br.

due to the approval of the National Education Plan, which, due to pressure from conservative sectors of the National Congress, removed the word "gender" from the final document. This suppression had repercussions in the states and municipalities and represented a step backwards in the fight against the misogyny, sexism, homophobia, transphobia and other discriminations. Understanding the media as a complex mechanism of social representation, using the methodology of Critical Analysis of Narrative Journalism, the research sought to understand how journalistic narratives were constructed in online newspapers of Tocantins, about the controversies and disputes involving the prohibition of the discussion of gender in the municipal schools of Palmas/TO on the occasion of the publication of Provisional Measure 06/2016 that changed the Municipal Education Plan. In the constructed plot, from the events narrated by the surveyed vehicles, five speeches were highlighted that characterized the way the gender issues were approached in this context. The reproduction of religious discourses and misunderstandings in the use of terms related to the theme was evident. Most journalistic material did not provoke an effective discussion of issues pertinent to the topic, revealing only the reproduction of the facts and the speeches of those involved.

Keywords: Gender. Media. Education. Journalism. Narratives

Resumen

Las cuestiones de género ha atraído la atención de diversos segmentos de la sociedad, la visibilidad de la sociedad y las redes sociales, el tema de las líneas ideológicas y las políticas en la esfera pública. No Brasil, desde 2015, campo de educación, observación y seguimiento de las medidas de aprendizaje en el Plano Nacional de Educación, el texto de los conservadores del Congreso Nacional, retirará un palabra "gênero" do final. Ess supressão teve repercussão nos estados and municípios y representou um retrocesso na luta pelo combate a misoginia, sexismo, homofobia, transfobia e outras discriminações. Entender como un mecanismo de representación social, utilizando una metodología de Análisis de Pragmática de Narrativa Jornalística, una empresa de negocios y una forma de narrativa, narrativa, práctica, práctica, en línea, en Tocantins, sobre todo como opiniones y respuestas enviadas al público. gênero nas escolas municipais de Palmas / TO por ocasião de la publicación de Medida Provisional el 06/2016 que alteró o Plano Municipal de Educación. Una reprodução discursos religiosos, equívocos, no uso de términos y uso, política, política, asimilación, mesmo, as, matias, jornalísticas, em sua grande maioria, no aumente, sino también, sobre el tema, revelando apenas una reprodução dos fatos e das falas dos envolvidos.

Palabras clave: Género. Medios de comunicación. Educación. Periodismo. Narrativas.

1 INTRODUÇÃO

As discussões de gênero e as tensões provocadas por elas na esfera pública ganharam destaque midiático nacionalmente a partir de 2014, especialmente por ocasião da aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), e continuaram no centro das discussões durante o ano de 2015 em todos os estados da federação por ocasião da obrigatoriedade da aprovação dos planos estaduais e municipais de educação. As questões de gênero na educação, dessa forma, chegaram aos espaços legislativos estaduais e municipais em decorrência da dos planos de educação e ao adentrarem em tais espaços, o incômodo foi instalado.

Muitos acontecimentos têm marcado o debate sobre gênero e educação no país. No PNE em 2014, a disputa entre os grupos políticos progressistas e conservadores resultou na retirada da palavra gênero do texto final do documento, o que influenciou em restrições ao tema no âmbito dos estados e municípios. O texto vetado no plano colocava como meta a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual (BRASIL, 2014).

Sendo o PNE é um documento que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do país, em 2011 retomou-se a discussão para formulação e aprovação de um novo plano, e esse só foi aprovado em 2014. A aprovação do PNE em 2014 determinou que estados e municípios teriam até 26 de junho de 2015 que implementar seus próprios planos. No processo que resultou na aprovação dos planos estaduais e municipais, se viu a reprodução do conservadorismo capitaneado majoritariamente por bancadas religiosas atuantes no poder legislativo e que, segundo Miranda (2017), tem maior representatividade no parlamento brasileiro e estão representadas nas assembleias legislativas e câmaras municipais de vários estados e municípios brasileiros. Por esse motivo, puderam rechaçar e atuar com força política para a exclusão das questões de gênero nos documentos educacionais.

Tal fato fez com que, nesses âmbitos locais, os dois temas vetados no PNE também fossem excluídos: identidade de gênero e sexualidade nas escolas. A retirada foi resultado da pressão das bancadas políticas no Congresso Nacional, nas Câmaras Legislativas Estaduais e Municipais, sobretudo as religiosas, que alegaram que trazer o tema à tona deturparia os conceitos de homem e mulher, destruindo o modelo tradicional de família incentivando as crianças a uma sexualização precoce. Além disso, argumentaram que a discussão do assunto seria dever dos pais e não da escola.

No contexto da discussão, tanto do PNE, quanto dos Planos Estaduais e Municipais, foi popularizada a narrativa sobre a “ideologia de gênero”. Este termo foi utilizado pelas bancadas religiosas presentes no Congresso Nacional, alegando que, ao introduzir os conceitos de gênero e diversidade nos currículos escolares, haveria prejuízo ao tradicional conceito de família e aos papéis de homem e mulher. Trata-se de uma narrativa criada no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento pró-vida e pró-família.

Segundo Furlani (2016), seus criadores se baseiam em dois livros para compor a narrativa chamada “ideologia de gênero”: primeiro, no livro de Dale O’Leary intitulado Agenda de gênero, de 1996. O outro referencial usado na construção dessa narrativa é o livro de Jorge Scala, cuja primeira edição é intitulada Ideologia de gênero: o gênero como ferramenta de poder, de 2010, que no Brasil, recebeu o nome de Ideologia de gênero – o

neototalitarismo e a morte da família, de 2015. O autor é um advogado argentino, defensor de causas antiaborto e contra os direitos das mulheres, membro do movimento pró-vida, que apresenta uma série de interpretações dos estudos de gênero extremamente problemáticas e convenientemente articuladas para desqualificar tais estudos e apresentá-los como danosos para a sociedade. Portanto, esses têm sido os principais referenciais usados na criação da narrativa “ideologia de gênero”, que nos últimos dois anos vem sendo divulgados e exaustivamente repetidos em vídeos, textos, cartilhas, documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e palestras (FURLANI, 2016).

Esse conflito político-ideológico retirou o termo “gênero” do PNE e o protagonismo que estas discussões de questões étnico-raciais, gênero e orientação sexual poderiam assumir no contexto escolar, transformando-os em um objetivo genérico de erradicação de todas as formas de discriminação, sem levar em consideração as especificidades de cada uma das formas de desigualdade.

O presente artigo, dessa maneira, analisa as narrativas jornalísticas sobre as questões de gênero no contexto da educação a partir do episódio identificado como propulsor desta narrativa, que é a proibição da discussão de gênero nas escolas municipais de Palmas a partir da publicação da Medida Provisória nº 06/2016 da Prefeitura Municipal que alterou o Plano Municipal de Educação (PME) e retirou as questões de gênero do mesmo. A pesquisa busca a partir da análise da pragmática da narrativa jornalística identificar as ideias em disputa, grupos sociais que fizeram parte deste processo, abordagens e discursos que influenciaram a mídia local ou que foram influenciados por ela.

2 GÊNERO E COMUNICAÇÃO: UM DEBATE PERIFÉRICO

É possível inferir que nas sociedades contemporâneas coexistem várias formas de comunicação. Nesta pesquisa interessa, para fins de recorte teórico, a chamada comunicação de massa, que atinge maior amplitude na sociedade. Essa necessidade de mediação, realizada por outras pessoas (os jornalistas) ou por meio de tecnologias através das quais ocorriam a distribuição das informações surge após a segunda Revolução Industrial, quando houve a dificuldade de comunicação das pessoas entre si de forma mais direta ou acesso as informações de modo pessoal. Isso é o que dá as características dos meios de comunicação de massa (HOHLFELDT, 2001, p. 62).

Os meios de comunicação permeiam uma consciência coletiva e estão fortemente implicados em relações de hierarquia e poder, por isso assumem papel estratégico nos processos de compreensão de mundo. Esse papel fundamental se dá pelo fato da mídia

constituir-se hoje como um espaço de circulação de muitas informações e de forma muito veloz. Tornou-se um espaço de disputa de projetos de sociedade.

A liberdade de opinar e expressar, ou seja, o ato de falar e ser ouvido, significa observar este complexo sistema de transmissão e circulação de informações e mensagens, de forma a garantir espaço e representatividade dos mais diversos grupos sociais.

O direito humano à comunicação diz respeito ao fato de poder ser representado pelos meios de comunicação e ter acesso a informação de qualidade, para que as pessoas possam realizar a sua interpretação da realidade social. Também pressupõe além de outros fatores, a existência de instrumentos de controle social dos veículos de comunicação, a expressão da diversidade e pluralidade cultural tanto na representatividade quanto na formulação de conteúdo e acesso às tecnologias da informação e da comunicação.

“A maneira como esses elementos são considerados ou silenciados pode ser determinante tanto para o acirramento das desigualdades quanto para a construção de uma sociedade onde igualdade e diferença são colocadas a serviço da cidadania democrática” (LAHNI; AUAD, 2012, p 147). Nesse sentido os meios de comunicação agem no inconsciente coletivo do seu público, influenciando e sendo influenciados pela forma como se processam as relações entre eles.

Os meios de comunicação da massa no Brasil não costumam reservar espaço para a discussão das questões de gênero no âmbito da educação. Os estereótipos de gênero são reproduzidos através de um discurso midiático que busca reproduzir conceitos de acordo com as relações de poder predominantes e, embora esses conceitos não sejam aceitos de forma passiva, pois há conflitos, negociações, contradições e resistência por parte dos grupos inferiorizados, há uma tendência em se estabelecer visões de mundo de acordo com conceitos hegemônicos (FRANÇA; FELIPE; CALSA, 2008).

Neste sentido, o que é o gênero e como são as relações de gênero são questões totalmente ligadas ao papel dos meios de comunicação. Tem sido uma preocupação de o feminismo perguntar-se de que maneira se representam as relações de gênero nos meios de comunicação. Por isso os meios atuam como criadores e reprodutores de modelos femininos e masculinos, determinando o que é socialmente adequado para cada um. A interiorização dessas representações afeta o conjunto da sociedade, ao limitar a regras rígidas e obrigatórias do que é ser homem e mulher, fruto de uma cultura misógina (CELIBERTI, 2014).

Na falta de uma discussão crítica sobre o uso dos meios de comunicação, o seu caráter estratégico para promoção da igualdade de direitos entre os gêneros, fica comprometido e o caminho fica livre para reprodução das violências. Celiberti (2014) analisa que a violência

simbólica produzida e reproduzida pelos meios de comunicação é sustentação fundamental para outras formas de violência de gênero. Por isso, a democratização dos meios é terreno de disputa pelas mulheres na luta por igualdade.

A importância de reflexão sobre a abordagem de gênero na comunicação é premente, embora esse debate seja, muitas vezes, colocado como periférico pela nossa sociedade. Quando uma mulher ou um grupo que defende uma identidade de gênero não normatizada socialmente resolve discutir como a sua imagem está sendo utilizada pela publicidade, jornalismo, programas de auditório ou entretenimento, sempre aparece uma voz reivindicando por uma suposta liberdade de expressão – entendida aqui como a liberdade de perpetuar estereótipos através de depreciação, o que empobrece o debate.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental realiza uma análise interpretativa amparada nos estudos de gênero e teorias do jornalismo. A análise das notícias referentes ao acontecimento pesquisado utiliza como base metodológica a Análise Crítica da Narrativa Jornalística proposta por Motta (2008).

Para realizar a análise da narrativa jornalística da discussão de gênero no âmbito da educação em Palmas/TO, foram consideradas notícias veiculadas em sites jornalísticos de abrangência estadual de janeiro de 2016 a agosto de 2016.

A opção por compor o *corpus* pelas notícias veiculadas neste período específico se dá pelos seguintes motivos: o Plano Municipal de Educação de Palmas foi aprovado e publicado no Diário Oficial do Município no mês de janeiro de 2016, após uma série de discussões iniciadas em 2015. Observa-se que durante os meses de fevereiro a julho foram publicadas notícias referentes a esse tema, com ênfase no mês de março e abril, quando foi o auge da polêmica, em razão da publicação da medida provisória que alterou o documento final do PME, proibindo as discussões de gênero. Fazem parte da pesquisa as notícias que foram publicadas no mês de agosto, para que se possa visualizar, a diminuição ou permanência da repercussão até o referido mês, caracterizando um desfecho do fato.

Tendo como ponto de partida para esta pesquisa, como mencionado anteriormente, a proibição da discussão de gênero nas escolas municipais que ocorreu através da Medida Provisória nº 06/2016 em março de 2016, optou-se por selecionar notícias de janeiro a agosto de 2016, para traçar um panorama de como estavam as discussões dois meses antes e cinco meses depois da publicação. As buscas foram feitas no buscador *Google* utilizando palavras ou termos que pudessem indicar a relação com o tema a ser pesquisado como: discussão de

gênero em Palmas, proibição da discussão de gênero em Palmas, ideologia de gênero Palmas, Medida Provisória proíbe discussão de Gênero em Palmas e gênero e Plano Municipal de Educação Palmas.

Destas buscas resultaram 123 notícias que faziam referências à discussão de gênero em Palmas, sendo sites de notícias nacionais com sucursais regionais, como o G1 Tocantins e Folha de São Paulo, sites de notícias estaduais e regionais como o Conexão Tocantins, Cleber Toledo, T1 Notícias e Jornal do Tocantins, além de matérias encontradas nos sites da Defensoria Pública do Estado do Tocantins e Ordem dos Advogados do Brasil do Tocantins, em blogs de opinião e em canais de comunicação ligadas a organizações religiosas como o site CNN Tocantins, e de teor religioso como JM Notícia.

Como o interesse da pesquisa é perceber a atuação dos meios de comunicação jornalísticos através da análise da sua narrativa, utilizou-se como primeiro critério de inclusão apenas de sites jornalísticos, que na descrição no próprio site se definem como veículo de notícias. Portanto, foram excluídos da análise os sites institucionais, de órgãos governamentais, entidades de classe e entidades partidárias. O segundo critério de inclusão foi optar por sites de notícias com sede no estado do Tocantins, e que por isso tem audiência estadual. Em razão disso, mesmo que a coleta inicial tenha retornado sites com notícias de Palmas que repercutiram em outros estados do país, esses foram excluídos da análise.

Do total inicial de 123 notícias, foram selecionadas para a pesquisa 62 notícias, publicadas em 21 sites jornalísticos diferentes sendo eles os seguintes, ordenados pela quantidade de notícias encontradas, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 - Quantidade de notícias por veículo jornalístico
(continua)

Nome do veículo jornalístico	Quantidade de notícias
Cleber Toledo	8
Conexão Tocantins	7
T1 Notícias	7
JM Notícia	6
Atitude Tocantins	4
G1 Tocantins	4
Jornal do Tocantins	4
Portal Stylo	3
AF Notícias	2

Nome do veículo jornalístico	Quantidade de notícias
Amazonia ao Vivo	2
Tabela 1 - Quantidade de notícias por veículo jornalístico (conclusão)	
CNN Gospel	2
Mural do Tocantins	2
O Girassol	2
Rede TO	2
CBN Tocantins	1
DG Gospel	1
Palmas Aqui	1
Portal do Amaral	1
Portal do Norte	1
Portal na Boca do Povo	1
Radio Paz	1
62	

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

Para análise de uma narrativa jornalística, o texto é apenas o ponto de partida para uma busca de contextualizações. Para proceder a análise de determinada narrativa, deve considerar os sujeitos envolvidos, que enunciam e interpretam as mensagens produzidas pelo texto, visto que eles são os atores sociais que dão significado à narrativa. A análise da narrativa caminha em busca do significado.

A decisão sobre que aspectos da análise o pesquisador pretende privilegiar, até onde pretende chegar, é subjetiva e depende da relação com o próprio objeto, porém Motta sugere três instâncias de análise que ele denomina de instâncias do discurso narrativo e que foram utilizadas na presente pesquisa: plano de expressão, plano da estória e plano da metanarrativa.

4 NARRATIVAS PRESENTES NAS NOTÍCIAS SOBRE A PROIBIÇÃO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Havia iniciado em 2014, em todo país a discussão sobre o Plano Nacional de Educação que prevê metas a essa pasta para um período de dez anos e que trazia o termo “gênero” no seu texto inicial, no sentido de garantir o respeito à diversidades e promoção de igualdade entre as pessoas, buscando obter além de sucesso escolar a formação para a cidadania de crianças, jovens e adultos.

Depois de disputas e negociações política no âmbito do legislativo e executivo, o termo foi retirado do texto.

A mídia de forma bem abrangente tem dado visibilidade às discussões sobre gênero. É possível observar a abordagem desses temas em diversos meios. Na televisão, em programas de entretenimento, novelas, filmes e telejornais. Na mídia impressa, este tema se faz presente em jornais e revistas. E na internet, na redes sociais, blogs e jornais on-line.

Nesse contexto de disputa social a respeito de temas controversos, do dever do estado, da função e da importância da educação, da composição das famílias, do lugar social da religião, se estabelece a narrativa jornalística em torno da proibição da discussão de gênero nas escolas municipais de Palmas.

A análise das notícias coletadas ocorre a partir da ideia de que quando são agrupadas em razão de um tema, são capazes de forjar a construção de uma história acerca da representação da realidade, e em razão do conflito apresentado, o texto jornalístico pode apresentar em sua narrativa uma problematização da realidade. A seguir apresentamos as três instâncias do discurso narrativo e as suas características.

4.1 PRESSÃO POLÍTICA E ALTERAÇÃO DO PME EM PALMAS: RECONSTRUÇÃO DO PLANO DA ESTÓRIA

A decisão do poder executivo do Município de Palmas, capital do estado do Tocantins, ganhou certa notoriedade em jornais on-line, a partir da aprovação do seu Plano Municipal de Educação, por ser o primeiro município a proibir a discussão de gênero nas escolas municipais no país. Como foi constatado na coleta de notícias, e posteriormente à aplicação de critérios de inclusão e exclusão, constituiu o *corpus* desta pesquisa vários sites, sendo eles de notícias ou institucionais, não apenas do estado do Tocantins, que noticiaram o fato.

Para constituição do plano da estória, que seguirá a partir do episódio da aprovação do referido documento, duas notícias anteriores ao período pesquisado ilustram a forma como a discussão sobre os Planos Municipais de Educação estava acontecendo no Estado todo e a preocupação já evidente com as questões de gênero.

Publicada em 26 de junho de 2015, no site jornalístico Conexão Tocantins⁴, a notícia apresenta um levantamento sobre a situação de aprovação dos PME no Tocantins, trazendo a fala do presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Tocantins, que avaliou como positivo o avanço na quantidade de PMEs aprovados, estando à frente de

⁴ EM MEIO a polêmica sobre gênero, 96% dos municípios tocantinenses já estão com Planos de Educação sancionados. **Conexão Tocantins**, 26 jun. 2015. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2015/06/26/em-meio-a-polemica-sobre-genero-96-dos-municipios-tocantinenses-ja-estao-com-planos-de-educacao-sancionados>. Acesso em: 10 jan. 2018.

outros estados percentualmente. Interessa-nos, especificamente observar o seguinte trecho: “As aprovações acontecem em meio à polêmica sobre a inclusão da discussão de Gênero já que a bancada religiosa do Estado se mobilizou contra a inclusão do tema nos planos” (EM MEIO, 2015).

Novamente, se sobressai como característica da notícia a pressão religiosa (sobretudo de religiões cristãs – católicas, evangélicas pentecostais e evangélicas não pentecostais) sobre as decisões da Câmara de Vereadores e do Prefeito, como representante do executivo, na fala reproduzida pela matéria, do vereador João Campos, que também é pastor, e foi relator do projeto.

‘Concluo mais um ano de cabeça erguida, pois é mais um compromisso que cumpro com a comunidade cristã de Palmas, que espelha a família com fundamento nos instrumentos legais: Constituição Federal, Código Civil e Bíblia Sagrada’, concluiu Campos (JM NOTÍCIA, 2015).

Esse trecho reproduz a fala do mesmo vereador, que defende a sua posição de representante cristão no Poder Legislativo Municipal, incluindo a Bíblia Sagrada como normativa a ser seguida nesse espaço, contrariando o princípio do Estado laico.

Outro aspecto que aparece com frequência nas notícias, tal como nessa, é a tentativa de definir o que é dever da escola (e do Estado, por extensão de responsabilidade) e o que é dever ou função da família. O discurso utilizado nos espaços de governo e reproduzidos na narrativa jornalística, é o de que a escola tem a função de ensinar os conteúdos das disciplinas propedêuticas (matemática, português, ciências, etc.). Os assuntos transversais como gênero, sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, por exemplo, são responsabilidade da família, por se tratar de temas que exigem certa noção de valores morais que devem seguir a orientação dos pais.

Para isso, são utilizados pelos personagens dessa narrativa, estes que são considerados nesta pesquisa as pessoas que protagonizaram essa discussão e disputa ideológica, alguns conteúdos discursivos que demonstram essa preocupação:

João Campos esclareceu que uma grande preocupação era a de que o plano decenal fosse utilizado para os fins de aparelhamento ideológico nas escolas, em clara afronta ao princípio da isonomia. Esta questão ocupou boa parte dos debates nacionais sobre o plano e chegou ao Tocantins, sobre a inclusão, como um dos princípios orientadores do plano, a teoria de gênero (JM NOTÍCIA, 2015).

Essa preocupação com a invasão da “ideologia de gênero” nas escolas, deve-se ao grande desconhecimento teórico em relação a produção teórica de gênero, e a equivocada atribuição direta ou superficial que é feita do “gênero” com sexualidade ou orientação sexual,

e mais recentemente à identidade de gênero. Embora todas essas categorias se relacionem entre si, ainda são coisas diferentes.

Como exemplo, do fortalecimento da comunidade religiosa como personagem ativo e problematizador, tem-se as seguintes falas:

Nossos filhos não podem ser induzidos a uma ideologia. Hedonismo não tem haver (sic) com a pátria que é cristã, nossa moral e ética é a palavra de Deus. Uma minoria quer enfiar guela abaixo, ensinar nossos filhos coisas que eles creem. Quero dizer que estou defendendo a família e vamos fazer tudo para que isso aconteça. Começou agora algo que estou assumindo no Tocantins, uma luta muito forte para que isso não aconteça, segundo Apóstolo Sérgio Paulo, líder da Igreja Internacional da Renovação e presidente do Conselho Interdenominacional dos Ministros do Evangelho do Tocantins (PORTAL DO AMARAL, 2016).

Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Madureira, Silvio Machado, que esteve presente na sessão, disse ver o momento como algo de extrema importância, de luta pela preservação da família. “O governo precisa trabalhar em outras áreas, investir no que é necessário para o bem da família e nação”, disse (RADIO PAZ, 2016).

Esses portais de notícia apresentam viés ideológico comprometidos com a comunidade religiosa, seja evangélica ou católica, portanto não é surpresa que suas reportagens e matérias acabem dando voz apenas a esses personagens mais alinhados com os propósitos destas empresas jornalísticas. A utilização dos meios de comunicação jornalísticos para reforçar a ideia de verdade dos acontecimentos é muito forte, principalmente em locais afastados dos grandes centros do país, onde há maior circulação de informações e maior acesso a elas. Pode-se dizer que esse recurso de dar voz ao personagem, utilizados por eles, é a sua estratégia comunicativa, pois:

O jornalista opera constantemente um processo de subjetivação do real. A retórica jornalística trata de dissimular as estratégias narrativas. O jornalista é, por natureza, um narrador discreto. Utiliza recursos de linguagem que procuram camuflar seu papel como narrador, apagar a sua mediação. É um narrador que nega até o limite a narração. Finge que não narra, apaga a sua presença. Faz os fatos surgirem no horizonte como se estivessem falando por si próprios (MOTTA, 2008, p. 155).

Verifica-se que as notícias sobre o acontecimento do evento e da aprovação do requerimento na câmara de vereadores sobre os livros didáticos, veiculadas em portais diferentes apresentam uma diferença de abordagem dos temas no seu texto, onde o sites ligados a comunidades religiosas expressam uma certa condescendência com a maneira de

pensar do líder religioso, veículos que se propagam como isentos ouviram e deram voz aos manifestantes contrários às doutrinas pregadas por ele e tentam trazer informações mais teóricas sobre o tema.

Ainda sobre a emergência das personagens envolvidas, aparece aqui outra instituição pública, que posteriormente protagonizará vários conflitos mediados pelos sites estudados. A Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio do Núcleo Especializado da Diversidade Sexual, assim como a OAB, publica uma nota em seu site institucional em 02 de março de 2016, apresentando indignação com a aprovação do requerimento na câmara de vereadores, proibindo a distribuição dos livros didáticos. A nota indica que há manipulação por parte de figuras de renome nacional, como o deputado Jair Bolsonaro, imposição de dogmas por parte de setores religiosos da sociedade e desinformação por parte da sociedade. Defende a distribuição dos livros baseada da LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais e a Constituição Federal⁵.

4.2 ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS PRESENTES NAS DISSONÂNCIAS DO USO DO CONCEITO DE GÊNERO: PLANO DA EXPRESSÃO E DA LINGUAGEM

Cada construção textual obedece em maior ou menor escala as suas próprias regras de escrita e organização semântica, seja no campo ficcional ou factuais. No caso de textos jornalísticos, considerados textos factuais por se tratarem de uma versão da realidade, interessa saber como ocorre a produção de sentidos através das suas expressões narrativas. Motta (2008) destaca que as escolhas narrativas feitas pelas mídias de forma geral, não são aleatórias, apesar de apresentarem características de espontaneidade e intuição, e contundentemente produzem certos efeitos (desejados consciente ou inconscientemente) por estarem inseridos em contextos pragmáticos e políticos.

A proibição da menção de gênero e usos de material didático com esse tema na educação em Palmas, não é um caso isolado no cenário de disputa que ocorre em torno disso. O que aconteceu aqui é uma expressão, um exemplo, um recorte da tentativa generalizada em desconstruir os estudos desta área, ressignificando o gênero propositalmente de uma forma negativa. A proporção política que essa discussão tomou, é um dos motivos pelos quais se retoma a questão da responsabilidade dos meios de comunicação com a promoção de igualdade de direitos. A intenção de promover através da comunicação e informação uma emancipação social dos sujeitos, deveria ser uma responsabilidade da comunicação.

⁵ TOCANTINS. Defensoria Publica do Estado. **Nota Pública**. Palmas: Defensoria Pública, 2016. Disponível em: <http://www.defensoria.to.def.br/noticia/17558> Acesso em 30 nov. 2017

Dos termos utilizados para realizar a busca das notícias, como descrito na metodologia, a quantidade de notícias que cada um deles mostrou foi o ponto de partida a ser observado.

Tabela 2 - Quantidade de notícias por termo buscado

Termo utilizado para busca	Quantidade de notícias
Discussão de Gênero em Palmas	26
Gênero e Plano Municipal de Educação Palmas	5
Ideologia de Gênero Palmas	23
Medida Provisória proíbe Discussão de Gênero em Palmas	5
Proibição da discussão de gênero em Palmas	3
Total Geral	62

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

É possível inferir que de acordo com o resultado quantitativo da busca, a maior parte dos textos jornalísticos que veicularam notícias sobre a MP nº 06 utilizaram duas expressões recorrentes e interligadas. A primeira delas é “Discussão de Gênero em Palmas” que traz uma intencionalidade de caracterizar um conflito, que é segundo Motta (2008, p. 149), o elemento estruturador de qualquer narrativa, sobretudo a jornalística. A utilização do escândalo para atrair a atenção do leitor recorre aos efeitos de dramaticidade do fato, para mantê-lo em permanente vigília, aguardando os novos episódios da estória.

A segunda expressão que mais retornou notícias, é talvez a mais conhecida e repetida expressão quando se fala em gênero. “Ideologia de gênero” retornou 23 notícias, estava presente em 23 títulos no texto de 59 das 62 notícias analisadas. Motta (2008, p. 160) chama atenção para a poética da narrativa presente desde os títulos:

A linguagem jornalística é por natureza dramática e a sua retórica é tão ampla e rica quanto a literária. Observe os títulos do jornal ou as chamadas do telejornal de hoje para comprovar essa afirmação. Intencionalmente ou não, geram nos leitores inúmeros efeitos de sentido emocionais (MOTTA, 2008, p. 160).

É discurso forte e intencional, tanto que mesmo nas poucas matérias em que se tentava dar uma conotação mais eficiente ao que significa gênero, a expressão ainda estava lá como um parâmetro de comparação ou suporte retórico.

De acordo com a leitura de todos os sites que foi realizada a pesquisa, inclusive de outras notícias neles veiculados, artigos de opiniões e editoriais, foi feita uma tentativa de identificar quais deles estavam de alguma forma (oficial ou não) mais alinhados às ideias religiosas ou a comunidades religiosas e quais não apresentavam uma ligação específica com religião. Para fins didáticos os sites Atitude Tocantins, CBN Tocantins, CNN Gospel, DG Gospel, JM Notícia, Radio Paz foram considerados “religiosos”, totalizando seis, os sites AF Notícias, Amazonia ao Vivo, Cleber Toledo, Conexão Tocantins, G1 Tocantins, Jornal do Tocantins, Mural do Tocantins, O Girassol, Palmas Aqui, Portal do Amaral, Portal do Norte, Portal na Boca do Povo, Portal Stylo, Rede TO e T1 Notícias, totalizando 15.

Nos sites considerados não religiosos, ou seja, que não estão ligados a alguma comunidade ou tenham compromisso religioso, com a busca por ideologia de gênero retorna 13 notícias de um total de 47, e nos sites considerados religiosos das 15 notícias encontradas, 10 retornaram a partir da busca por esta expressão. A expressividade da “Ideologia de Gênero” nestes espaços religiosos mostra-se impactante para análise da narrativa.

As notícias abaixo, do site JM Notícia demonstram a tentativa colocar como um conceito acabado e aceito socialmente, fazendo menção comparativa entre teoria de gênero e ideologia de gênero, mas demonstra desconhecimento do que dizem as teorias e coloca o ser humano como vulnerável frente a elas.

A Teoria de Gênero (chamada de ideologia por ser uma teoria fundada apenas em bases teóricas) afirma que ninguém nasce homem ou mulher e que o gênero é uma construção social e cultural. Para os defensores desta teoria, uma criança não pode ser considerada do sexo masculino ou feminino, mas somente uma pessoa do gênero humano (JM NOTÍCIA, 2015, on-line).

É a pulverização da família com a finalidade do estabelecimento de um caos no qual a pessoa se torne um indivíduo solto, facilmente manipulável (JM NOTÍCIA, 2016c)

O conceito de gênero não é, e não pretende ser uma unanimidade entre seus estudiosos e estudiosas do assunto, portanto é e deverá ser continuamente construído e desconstruído, fomentando as discussões e controvérsias ao longo do tempo. Há um reconhecimento da complexidade do termo, e isto pode nos ajudar a olhar e tecer algumas considerações relevante para o estudo da realidade da educação brasileira:

Al reconocer la complejidad y las divergencias existentes detrás del uso del concepto de género, nos apropiamos de él aquí para destacar que las normas y comportamientos que definen la identidad del ser masculino, del ser femenino, así como sus múltiples variantes, son construidos cultural y socialmente a partir de la división binaria entre los sexos. Al observar que la escuela puede, al mismo tiempo, actuar en la disseminación de los papeles igualitarios de género y también reforzar la desigualdad de género existente en la sociedade (MIRANDA, 2017, p. 88).

Esta complexidade, mal interpretada parece preocupante aos olhos das comunidades religiosas que se empenham em interferir nas políticas públicas do país, sobretudo as educacionais. Suas falas retratadas na narrativa jornalística, provam justamente a sua distorção intencional. Quando estava em discussão a liberação ao não do material didático, as seguintes falas foram retratadas nas notícias:

As obras incentivam o uso da camisinha, abordam a ideologia de gênero e fazem menção ao casamento gay. (G1 TOCANTINS, 2016b; AMAZONIA AO VIVO, 2016a)

Esse material didático está sendo distribuído no país, além de falar sobre ideologia de gênero fala de assuntos inapropriados para a crianças, que não tem a maturidade para discutir determinados temas. Fere o estatuto da criança e adolescentes, levando para crianças questões morais que devem ser discutidas no seio da família, pontuou pastor João Campos (PORTAL DO AMARAL, 2016; RADIO PAZ, 2016).

Sou servidor da Defensoria e fiz questão de abordar em um espaço destinado as interatividades dos servidores (intranet) o conteúdo das cartilhas (imagens) para que todos os demais servidores pudessem ver o que realmente a Defensoria está apoiando e a população precisa saber o que a Defensoria está apoiando, um verdadeiro conteúdo pornográfico para as crianças de 6 a 12 anos (ATITUDE TOCANTINS, 2016b).

Apenas nestes casos acima mencionados já é possível identificar o que caracterizam como “ideologia de gênero” e porque ela é tão perigosa. No discurso, fica evidente a associação de gênero à questão da sexualização precoce, e a questão da orientação sexual. Conceitualmente são categorias muito próximas, que se interligam em diversas análises sociais e culturais, bem como em pesquisas acadêmicas, mas definitivamente não correspondem a uma definição única.

Há também, uma confusão (intencional ou não) muito evidente entre gênero e a identidade de gênero, como retratada na fala de uma entrevistada, publicado no G1 Tocantins: “Lorena diz não ser contra a discussão e sim contra a imposição do tema como foi feito. Só existe homem e mulher. O resto é gambiarra” (G1 TOCANTINS, 2016c).

Na mesma notícia, foi dado o espaço de fala para outra entrevistada opinião com divergente:

Para a radialista Chayla Felix, mãe de uma recém-nascida, a discussão é de extrema importância. "É um tema que as crianças precisam entender. As pessoas confundem a discussão de gênero com o ensino da homossexualidade, ensino do sexo e não tem nada a ver uma coisa com a outra. Achei precipitado e arbitrário tirar isso das escolas", pontua. (G1 TOCANTINS, 2016c)

Esse tipo de estratégia, de mostrar os dois lados do conflito, confere ao veículo jornalístico e ao próprio profissional a noção de seriedade, neutralidade e ética profissional e veracidade para o que escreve. Este recurso aparece nas notícias abaixo, quando enfatizam pela fala dos entrevistados o direito ao contraditório.

4.3 USO POLÍTICO DO GÊNERO E INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NOS ESPAÇOS DE DECISÃO E DE PODER DO ESTADO – PLANO DA METANARRATIVA

Retoma-se aqui, o momento político da discussão sobre gênero no país e observa-se o caso de Palmas como um microcosmo, um recorte representativo deste momento, escolhido para ser analisado na pesquisa.

Falar sobre gênero, estudar sobre gênero, reivindicar equidade de gênero e o fim das desigualdades de gênero, não é algo novo. Diversos movimentos em todo mundo e no Brasil mais fortemente a partir dos anos 60, vêm se destacando na promoção dessa igualdade e pautando políticas públicas que atendam a diminuição da desigualdade e seguem lutando pela garantia de direitos para pessoas de todos os gêneros, e especial àqueles grupos historicamente alijados de direitos e subalternizados socialmente.

Mas é possível dizer que, a partir do início dos anos 2000 no Brasil, com a ascensão de um governo com viés mais progressista e comprometido com as causas sociais, houveram alguns avanços em políticas públicas na área de gênero. Quando se menciona, neste contexto “área de gênero”. refere-se a uma abordagem complexa que contempla tanto a noção de gênero que caracteriza homens e mulheres, de uma forma estruturalista e binária, quanto as suas dissidências que podem englobar para fins de compreensão do todo, as questões de orientação sexual, direitos sexuais e reprodutivos, identidade de gênero, ou seja das diversidades de uma forma mais abrangente, e tentando abarcar o que o “guarda-chuva” dessa diversidade e do gênero traz consigo.

As políticas públicas na área da educação, que tiveram o intuito de promover esse debate dentro das escolas, com a formação de professores, inclusão desses temas nos

currículos, nas avaliações, etc. Ou seja, houve uma preocupação e um esforço não apenas em reconhecer as diferenças, mas evidenciar o tema de gênero como tema transversal nos currículos escolares como uma estratégia para a promoção de direitos, garantia de igualdade e até diminuição da violência.

A bancada religiosa, presente em massa e mostrando-se poderosa nas negociações de leis, conseguiu suprimir do texto inicial a palavra gênero. Aí se coloca uma disputa ideológica que atravessa os estados e municípios, que também estavam a discutir e aprovar seus planos. No caso estudado, de Palmas no estado do Tocantins, a aproximação das doutrinas religiosas com as decisões tomadas na educação não apresentou nenhum melindre ou disfarce, sendo muito impactante para a educação do município.

O discurso presente de defesa da família ficou cada vez mais forte durante o processo que culminou na proibição. Cabe aqui ressaltar, novamente, que a família defendida não é qualquer uma. É a família cristã, descrita conforme a bíblia e não conforme a Constituição Brasileira. A atuação em defesa desses ideais foi permanentemente publicado em vários veículos, que como mencionado anteriormente, deu muito espaço para esse discurso. Mesmo que o jornalista tenha agido como narrador oculto, evidenciou a fala e as ações conservadoras desses agentes políticos:

Diversas lideranças e uma extensa presença da comunidade evangélica e católica lotaram o plenário da Câmara de Palmas durante a manhã desta terça-feira, 23. A intenção era pressionar os vereadores para a suspensão dos livros didáticos, por conterem ideologia de gênero. O requerimento pedindo a suspensão da distribuição dos livros foi apresentado pelo vereador pastor João Campos (PSC). (PORTAL DO AMARAL, 2016; RADIO PAZ, 2016).

Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Madureira, Silvio Machado, que esteve presente na sessão, disse ver o momento como algo de extrema importância, de luta pela preservação da família. “O governo precisa trabalhar em outras áreas, investir no que é necessário para o bem da família e nação”, disse. (PORTAL DO AMARAL, 2016; RADIO PAZ, 2016).

Na última quinta-feira, 10, por exemplo, na Câmara de Palmas, a sessão foi agitada acompanhada por pastores, líderes católicos e populares que lotaram a galeria da Casa de Leis pedindo alteração no Plano de Educação da Capital. O vereador pastor João Campos (PSC), relator do projeto do Plano Municipal de Educação, disse estar sendo pressionado por pais de famílias que consideram tratar-se de material inadequado para as crianças. (CONEXÃO TOCANTINS, 2016a).

Em cada uma dessas notícias fica o questionamento de qual é o documento principal que rege as normas do país, a Constituição Federal ou Bíblia. Emerge em várias notícias, além da intenção em relacionar gênero com outras categorias, como orientação sexual ou identidade de gênero, para

demonizar a questão de gênero e culpabilizar o uso deste na educação, um discurso sobre qual é o limite de interferência do Estado na vida privada. Esse discurso ganha força e justificativa em várias menções feitas e registradas as notícias ao chamado Pacto de San José.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repercussão negativa da discussão sobre gênero nas políticas educacionais, a partir da discussão dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação do Brasil, partiu de uma falácia perversa: a de que gênero, sexualidade e identidade de gênero são invenções ideológicas. Em grande parte dos embates e disputas políticas que envolveram as aprovações dos planos, o que se observou foi uma desqualificação de determinadas visões de mundo como sendo ideológicas, ou seja, um ideário sem ancoragem na realidade ou em teorias.

Sobre o episódio que se tornou o tema principal dessa pesquisa, dentre os diversos sites visitados, foi possível observar uma série de equívocos na abordagem do tema, bem como uma argumentação sobre gênero muitas vezes condicionada à discussão sobre orientação sexual. Após a finalização das análises, percebendo todos os movimentos possíveis para resgatar a narrativa, pode-se de dizer que não é equívoco, mas sim uma intenção de divulgar um discurso. Mesmo em sites jornalísticos, que pretensamente deveriam seguir as características de imparcialidade e objetividade, ficaram muito evidentes as abordagens tendenciosas ou incompletas sobre as questões de gênero.

Mesmo as matérias jornalísticas que foram publicadas após audiência pública promovida pela OAB-TO, manifestaram-se várias entidades e estiveram presentes diversos segmentos da sociedade foram tendenciosas e insistiram em usar o termo de forma inadequada, atuando para deslegitimar a importância dessa discussão no ambiente escolar.

Debater o uso do espaço midiático é falar de poder, e deve-se considerar que discurso é exercício de poder. A decisão de quem fala, como fala e porque fala não é autônoma, neutra ou isenta de hierarquias. Por isso a comunicação é poder. Tudo o que é falado nos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais impressos, etc.) já nasce poderoso em diversos aspectos, como se a verdade só fosse verdade quando mediada pelos canais de comunicação.

As representações são socialmente produzidas e partilhadas dentro de um contexto histórico específico. São constituídas a partir da experiência, das informações, dos saberes e dos modelos de pensamento recebidos, transmitidos e construídos através da tradição, da educação e da mídia, e, por fim, da cultura.

Neste sentido tem se evidenciado, na esfera política de uma forma mais abrangente, uma grande disputa de ideias que foi denominada pela própria mídia de “disputa de narrativas”. A narrativa, ou seja, a forma de construir a estória (ou de recontar a história oficial) se tornou um grande instrumento de tensionamento e disputa política. Essa pesquisa teve o propósito de analisar uma narrativa específica que teve a questão de gênero no centro da polêmica, mas que pode ser estendida a outras instâncias. Ela não pretende esgotar as possibilidades de análise, mas já traz evidências importantes da relação da mídia com a política e da política com a religião, podendo, ainda, abrir portas para outros aspectos a serem observados. Sempre com o objetivo de avançar na pauta do direito à comunicação, como direito universal dos seres humanos.

REFERÊNCIAS

AMAZONIA AO VIVO. Prefeito proíbe discussão sobre diversidade nas escolas de Palmas. 2016a. Disponível em: <<http://www.amazoniaovivo.com.br/tocantins/noticia/prefeito-proibe-discussao-sobre-diversidade-nas-escolas-de-palmas/147442>> Acesso em: 11 dez. 2017.

ATITUDE TOCANTINS. **Defensoria Pública defende cartilha com temáticas relativas a questões de gênero.** 2016b. Disponível em: <<http://www.atitudeto.com.br/defensoria-publica-defende-cartilha-com-tematicas-relativas-a-questoes-de-genero/>> Acesso em 30 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 3 out. 2016.

CELIBERTI, Lilián. Uruguay: el debate sobre la ley de servicios audiovisuales en Uruguay- un aporte a la democratización de los medios. *In*: CHAER, Sandra (org.). **Políticas públicas de comunicación y género en América Latina: un camino por recorrer.** Buenos Aires: Comunicación Para La Igualdad, 2014. p. 69-82.

CONEXÃO TOCANTINS. **Após polêmica e pressão de líderes religiosos, Medida Provisória vedando a utilização de material didático sobre "ideologia de gênero" nas escolas é publicada.** 2016a. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2016/03/15/apos-polemica-e-pressao-de-lideres-religiosos-medida-provisoria-vedando-a-utilizacao-de-material-didatico-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-e-publicada>> Acesso em 11 dez. 2017.

FRANÇA, F. F.; FELIPE, D. A.; CALSA, G. C. Gênero , sexualidade e meios de comunicação : uma abordagem crítica desses conceitos na educação. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 13, n. 1, p. 37–53, 2008.

FURLANI, Jimena. Ideologia de gênero - parte 1/6 - quem criou, por que e para que? 2016. [S.l : s. n.], 2016. 1 vídeo (34min). Publicado pelo canal Papo de Corujas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O10I0v8>. Acesso em 03 out. 2016.

G1 TOCANTINS. **Livros didáticos que falam sobre união entre gays geram polêmica no TO.** 2016b. Disponível em: < <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/02/livros-didaticos-que-falam-sobre-uniao-entre-gays-geram-polemica-no.html>.> Acesso em: 11 dez.

G1 TOCANTINS. **Câmara de Palmas aprova proibição de livros sobre discussão de gênero.** 2016c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/03/camara-de-palmas-aprova-proibicao-de-livros-sobre-ideologia-de-genero.html>> Acesso em: 11 dez. 2017.

HOHLFELDT, Antonio. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. *In*: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 61-98.

JM NOTÍCIA. **Plano Municipal de Educação de Palmas é aprovado sem a inclusão da ideologia de gênero.** 2015. Disponível em: < <http://www.jmnoticia.com.br/2015/12/23/plano-municipal-de-educacao-de-palmas-e-aprovado-na-camara-vereador-pastor-joao-campos-apresentou-emendas/>.> Acesso em: 11 dez. 2017.

JM NOTÍCIA. **Pastor Joaquim Ferreira diz que MP retirando ideologia de gênero foi conquista da população.** 2016a. Disponível em: <<http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/15/7618/>> Acesso em 11 dez. 2017.

JM NOTÍCIA. **"Nossa Luta era ideológica, não política" diz pastor João Campos sobre ideologia de gênero.** 2016b. Disponível em: < <http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/16/7755/>> Acesso em 11 dez. 2017.

JM NOTÍCIA. **A batalha épica da ideologia de gênero na Câmara de Palmas.** 2016c. Disponível em: < <http://www.jmnoticia.com.br/2016/03/16/7723/>> Acesso em 11 dez. 2017.

JM NOTÍCIA. **OAB realiza audiência pública para debater o ensino de gênero e diversidade nas escolas de Palmas.** 2016d. Disponível em: < <https://www.jmnoticia.com.br/2016/04/13/oab-realiza-audiencia-publica-para-debater-o-ensino-de-genero-e-diversidade-nas-escolas-da-capital/>> Acesso em: 28 nov. 2017.

JM NOTÍCIA. **Eli Borges toma posse como membro do Conselho Estadual de Educação.** 2017. Disponível em: <<http://www.jmnoticia.com.br/2017/11/01/eli-borges-toma-posse-como-membro-do-conselho-estadual-de-educacao/>>

LAHNI, Cláudia Regina; AUAD, Daniela. Comunicação na perspectiva da igualdade de gênero: apontamentos para o debate sobre Marco Regulatório. *In*: BRITTOS, Valério Cruz; LOPES, Ruy Sardinha (org.). **Políticas de comunicação e sociedade.** São Paulo: Intercom, 2012. p. 307-334.

PALMAS. Medida Provisória nº 6, de 14 de março de 2016b. Altera no Anexo Único à Lei nº 2.238, de 19 de janeiro de 2016, na Meta 5, as redações das estratégias 5.24 e 5.2. Diário Oficial do Município de Palmas. Edição 1461. P. 1. Disponível em: <

<http://diariooficial.palmas.to.gov.br/media/diario/1461-14-3-2016-19-25-14.pdf>> Acesso em 04 abr. 2017.

PORTAL DO AMARAL. **Com plenário lotado, Câmara de Palmas aprova suspensão de livros com ideologia de gênero.** 2016. Disponível em:< <http://portaldoamaral.com.br/com-plenario-lotado-camara-de-palmas-aprova-suspensao-de-livros-com-ideologia-de-genero/> > Acesso em 25 ago. 2017.

RADIO PAZ. **Com plenário lotado, Câmara de Palmas aprova suspensão de livros com ideologia de gênero.** 2016. Disponível em:< <http://radiopazpalmas.com.br/home/com-plenario-lotado-camara-de-palmas-aprova-suspensao-de-livros-do-mec-com-ideologia-de-genero/>> Acesso em 25 ago. 2017.

MIRANDA, Cynthia Mara. El incómodo debate de las cuestiones de género en la educación brasileña. **Revista Científica de Educación y Comunicación**, Hachetepé, v. 14, p. 87-98, 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: LAGO, Cláudia; BENEDETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 143-170.